

OK



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE PROJETOS DE ENSINO

REGISTRO SOB Nº: *PJE2018PE0094*
Uso exclusivo da PROEN

CAMPUS: Pelotas

I. IDENTIFICAÇÃO

a) Título do Projeto:

Por que falar sobre gênero e sexualidade na escola?

b) Resumo do Projeto:

A escola precisa ser entendida como uma instância envolvida na produção de identidades e com a validação de todas formas de viver os gêneros e as sexualidades. Assim sendo, este projeto propõe estudos transversais acerca deste tema voltado ao ensino médio-técnico do IF Sul-câmpus Pelotas, fomentando políticas públicas educacionais voltadas para a valorização da diversidade sociocultural dos/as estudantes, convertendo o espaço educacional em democrático e inclusivo, onde alunos/as devem ter a oportunidade de desenvolver a capacidade de convívio com a diferença, afastando-se de preconceitos e opressão.

Palavras-chave: educação, sexualidade, gênero, diferença.

c) Caracterização do Projeto:

Classificação e Carga Horária Total:			
<input checked="" type="checkbox"/> Curso/Mini-curso	<input type="checkbox"/> Palestra	<input type="checkbox"/> Evento	<input type="checkbox"/> Outro Estudos transversais
<input type="checkbox"/> Ciências Exatas e da Terra	<input type="checkbox"/> Ciências Biológicas	<input type="checkbox"/> Engenharias	
<input type="checkbox"/> Ciências da Saúde	<input type="checkbox"/> Ciências Agrárias	<input type="checkbox"/> Ciências Sociais Aplicadas	
<input checked="" type="checkbox"/> Ciências Humanas	<input type="checkbox"/> Linguística, Letras e Artes	<input type="checkbox"/> Outros	
Carga horária total do projeto: 360 h/a			

[Assinatura]

DIRAP

Nº Entrada

DEAD

464

Entrada nesta data

Pelotas, 14/05/2018

d) Especificação do(s) curso(s) e/ou áreas e/ou Departamentos/Coordenadorias envolvidos:

Vinculação com disciplinas do(s) curso(s)/área(s):
O projeto de ensino está vinculado diretamente a uma disciplina ou a várias disciplinas (projeto interdisciplinar)? () Sim. (x) Não. Qual(is)?
Articulação com Pesquisa e Extensão:
O projeto de ensino poderá gerar alguma ação de pesquisa e extensão no futuro? (x) Sim. () Não. Em caso afirmativo, como se dará esse encaminhamento? Pretende-se elaborar um projeto de pesquisa vinculado ao projeto de ensino para pesquisa bibliográfica sobre gênero e sexualidade e elaboração de material gráfico sobre as temáticas.
Vinculação com Programas Institucionais:
O projeto de ensino está atrelado a algum Programa Institucional? () Sim. (x) Não. Em caso afirmativo, cite o(s) programa(s).

e) Identificação da equipe, com a função e a carga horária prevista:

Coordenador (docente ou técnico-administrativo do IFSul)
Nome: Renata Barbosa Porcellis da Silva
Lotação: PL-DIRGER - Diretoria Geral do campus Pelotas
SIAPE: 1793586
Disciplina(s) que ministra / atividade administrativa: Técnica em Assuntos Educacionais do Curso Superior de Bacharelado em Design
Formação Acadêmica: Graduação: Graduação em Artes Visuais - modalidade licenciatura (UFPel) Especialização: Especialização em Educação (CEFET-RS) Mestrado: Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia - MPET (IFSul – campus Pelotas)
Contato: Telefone campus: (53) 2323-1027 / 1028 Telefone celular: (53) 98162-4630 E-mail: renatabps@gmail.com

Demais membros		
Nome	Função	CH prevista
Renata Barbosa Porcellis da Silva	Coordenador / Ministrante	12h
Gilnei Oleiro Correa	Colaborador (Coordenadora do departamento de ensino de formação geral – DEFG)	1h
Lucas Pessoa Pereira	Colaborador (produção de material audiovisual – CPTe)	8h
Lucas Soares	Colaborador	1h
Luciane Kaster Barcellos	Colaborador	1h

Rubia Aires	Colaborador	1h
Tania Madeira	Colaborador	1h
Kaio Cezar Krause Lacerda	Participante (roteirista/ ministrante)	4h

II. INTRODUÇÃO

Considerando os avanços na legislação educacional, que justificam e fundamentam a importância desse projeto, implementar estudos transversais (que permeia todas as áreas do conhecimento) sobre temas como gênero e sexualidade no contexto escolar contemporâneo, é indispensável. Entendendo que a escola não se trata apenas de um espaço para o ensino de letras e números, mas a formação do sujeito como um todo, promover a cidadania é papel imprescindível da instituição de ensino. Nesse sentido, tem o compromisso de ser um espaço democrático e inclusivo, onde alunos/as devem ter a oportunidade de desenvolver a capacidade de convívio com a diferença, afastando-se de preconceitos e opressão.

No espaço pedagógico que promove a educação sexual e de gênero, cria-se “a preocupação de que ocorra um ‘recrutamento de jovens inocentes’. De algum modo, *não saber* sobre essas comunidades parece que funciona como uma espécie de garantia de que o/a estudante irá preferir ser heterossexual.” (LOURO, 2014. p.142). Longe de ensinar os/as educandos/as sexo de maneira inapropriada ou incentivar à homossexualidade, por exemplo, o projeto promove um entendimento de que sexo vai além da biologia, que também é culturalmente determinada (Figueiró, 2006), garantindo uma compreensão global dos sujeitos, como seres múltiplos, complexos e contingentes, rompendo a forma binária e hierárquica construída dentro de um universo heterocentrado.

Uma educação que promova a igualdade de gênero e sexualidade, garante que todos/as sejam respeitados/as por suas escolhas e afetos. Silenciar o gênero e a sexualidade no ambiente escolar, é reproduzir as desigualdades, é ignorar a diversidade que nos constitui. Para construir uma educação plural, que considere a diversidade sociocultural no contexto da cultura escolar e da produção do saber no processo de ensino-aprendizagem, é preciso desconstruir o caráter homogeneizador, fragmentador e reducionista da prática escolar.

A escola necessita ser compreendida como uma instituição envolvida na produção de identidades sexuais e de gênero com a validação de que todas as formas de viver as sexualidades e gêneros são genuínas, distanciando preconceitos que naturalizam apenas uma forma aceitável de viver a sexualidade, que instauram papéis e lugares sociais para homens e mulheres regulados por preceitos morais e, portanto, mantidos sob uma ótica sexista e heteronormativa em que prevalece o caráter biológico sobre os aspectos sociais e culturais, que tanto influenciam as relações de gênero e patologizam sujeitos com comportamentos diferentes dos esperados socialmente, colocando-os à margem por não atender a um modelo social esperado (LOURO, 2013). Assim sendo, ao implementar discussões sobre esta temática no espaço pedagógico, os/as educandos/as são provocados/as a alargar reflexões que contribuem para o reconhecimento do sujeito sem uma identidade fixa, buscando, desta forma, a desconstrução de um pensamento redutor sobre gêneros e sexualidades, problematizando modelos dicotômicos e heteronormativos.

Os/as docentes, muitas vezes, não conseguem inserir questões relacionadas à gênero e sexualidade em suas práticas didático-pedagógicas devido a várias questões, dentre elas, a propriedade científica do tema. É justamente neste sentido, que este projeto pode colaborar com esses/as profissionais, implementando estudos transversais através de curso ministrado por uma pesquisadora da área. Desta forma, não serão excluídas expressão das múltiplas identidades socioculturais no ensino de jovens, favorecendo a valorização e a manutenção da diferença.

III. JUSTIFICATIVA

O presente projeto, se fundamenta na necessidade de implementação de pedagogias sobre educação sexual e educação de gênero na escola contemporânea, partindo do princípio de que a escola necessita educar seus/as alunos/as para a cidadania englobando todas as esferas do conhecimento. Desta forma, incluir no ensino conhecimentos relacionados à gênero e sexualidade faz-se fundamental, pois, só assim, a formação do cidadão se dará por completo. Em um manifesto pela igualdade de gênero na educação, a Associação Brasileira de Antropologia defende que

“Quando se reivindica, então, a noção de ‘igualdade de gênero’ na educação, a demanda é por um sistema escolar inclusivo, que crie ações específicas de combate às discriminações e que não contribua para a reprodução das desigualdades que persistem em nossa sociedade. Falar em uma educação que promova a igualdade de gênero, entretanto, não significa anular as diferenças percebidas entre as pessoas (o que tem sido amplamente distorcido no debate público), mas garantir um espaço democrático onde tais diferenças não se desdobrem em desigualdades.” (ABA, 2015)

Assim sendo, a escola continua reproduzindo modelos tradicionais, díspares e dicotômicos na relação entre os sexos. Discutir sobre gênero e sexualidade na escola, gera um ambiente mais inclusivo e democrático, possibilitando aos/às estudantes aprender em um ambiente livre de discriminação, preconceitos e violências. A seguir, serão apresentadas várias iniciativas de políticas públicas educacionais para implementação destes estudos nas instituições escolares.

O tópico “Orientação Sexual” está previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), apresentado no volume 10, como um tema transversal, ou seja, que permeia todas as áreas do conhecimento. Este está segmentado em duas grandes áreas: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. A segunda área, a qual interessa a este projeto, é dividida em: corpo humano; matriz da sexualidade; relações de gênero; prevenção às doenças sexualmente transmissíveis (BRASIL, 1997).

Outra política pública criada foi o Programa Nacional de Direitos Humanos III (PNDH III), com o objetivo de garantir o direito à liberdade, os direitos a liberdade de expressão, de crença e culto e de orientação sexual. O programa propõe apoio à uma emenda da Constituição Federal que garante o direito à livre orientação sexual e a proibição da discriminação por orientação sexual, a regulamentação da parceria civil registrada entre pessoas do mesmo sexo e a inclusão nos censos demográficos e nas pesquisas oficiais dados relativos à orientação sexual (BRASIL, 2010b).

Em 2003, o governo brasileiro, apresentou uma resolução à Comissão de Direitos Humanos da ONU, denominada “Orientação Sexual e Direitos Humanos”, reconhecendo a diversidade de orientação sexual como um direito humano. No ano seguinte, foi elaborado o Programa Brasil sem Homofobia (PBSH) cujos propósitos são elaborar diretrizes que orientem os Sistemas de Ensino na implementação de ações que comprovam o respeito ao cidadão e a não discriminação por orientação sexual; fomentar e apoiar curso de formação inicial e continuada de professores/as na área da sexualidade; formar equipes multidisciplinares para avaliação dos livros didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e a superação da homofobia; estimular a produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual e superação da homofobia; divulgar as informações científicas sobre sexualidade humana; entre outras. (BRASIL, 2004)

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) foi criado em 2007. Uma das ações previstas é “fomentar a inclusão, no currículo escolar, das temáticas relativas a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiências, entre outros, bem como todas as formas de discriminação e violações de direitos, assegurando a formação continuada dos/as trabalhadores/as da educação básica para lidar criticamente com esses temas.” (BRASIL, 2007. p.33)

Uma proposta de um Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2011-2020, é publicada pelo MEC em 2010, apontando como meta 3, “universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nesta faixa etária”. Para atingir esta meta, uma das estratégias é “implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação à orientação sexual ou à identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão” (BRASIL, 2010a, p. 6).

Ainda que, diversas políticas públicas sejam criadas, o tratamento das instituições de ensino em relação a questões de gêneros e de sexualidades, apontam para o ocultamento de determinados sujeitos (LOURO, 2000), silenciando aqueles que não estão adequados ao padrão de normatividade e não seguem a lógica sexo/gênero/sexualidade. Tais indivíduos, são colocados à margem na escola, devido a um currículo que não os contempla ou não tem a intenção de contemplá-los (LOURO, 2013). Esta invisibilização, interfere nas expectativas quanto ao sucesso e ao rendimento escolar; produz intimidação, insegurança, estigmatização, segregação e isolamento; estimula a simulação para ocultar a diferença (JUNQUEIRA, 2009). Ainda, segundo o autor

O processo de invisibilização de homossexuais, bissexuais e transgêneros no espaço escolar precisa ser desestabilizado. Uma invisibilidade que é tanto maior se se fala de uma economia de visibilidade que extrapole os balizamentos das disposições estereotipadas e estereotipantes. Além disso, as temáticas relativas às homossexualidades, bissexualidades e transgeneridades são invisíveis no currículo, no livro didático e até mesmo nas discussões sobre direitos humanos na escola. (JUNQUEIRA, 2009. p.30)

A escola ainda é um espaço onde a sexualidade é constituída como um dispositivo de separação entre práticas sexuais normatizadas e educadas (heterossexuais, monogâmicas, reprodutivas) e aquelas que não se encaixam nos padrões estabelecidos (FOUCAULT, 2015). O silenciamento da escola em relação a discussões sobre gênero e sexualidade pode gerar nos sujeitos fora da normatividade “desinteresse pela escola; produz distorção idade-série, abandono e evasão; (...) enseja uma visibilidade distorcida; vulnerabiliza física e psicologicamente; tumultua o processo de configuração e expressão identitária; afeta a construção da auto-estima; influencia a vida socioafetiva” (JUNQUEIRA, 20109. p.24).

A proposta dos curso com estudos transversais sobre gênero e sexualidade, vem desfazer esse olhar limitador e “pensar a sexualidade e outras diferenças, como culturais e políticas, como parte da vida cotidiana” (Miskolci, 2016. p.19). Para além de uma cultura da tolerância, os estudos pretendem possibilitar o reconhecimento das diferenças e valorizá-las em suas especificidades.

IV. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

Objetivo geral:

Promover uma educação sexual e de gênero, garantindo uma compreensão global dos sujeitos, através de curso voltado aos/às alunos/as do ensino médio-técnico do IFSul – câmpus Pelotas que visa estudos transversais formação geral.

Objetivos Específicos:

- oportunizar um espaço democrático e inclusivo;
- desenvolver a capacidade de convívio com a diferença;
- reduzir preconceitos e opressão;
- reconhecer que todas as formas de viver as sexualidades e gêneros são genuínas;
- desconstruir papeis de gênero;
- problematizar a normatividade dos corpos.

Os procedimentos metodológicos desta proposta orientam-se a partir de um curso com estudos transversais sobre gênero e sexualidade, voltado aos/as alunos/as do ensino médio-técnico do IF Sul – campus Pelotas, ministrado por uma Técnica em Assuntos Educacionais e um aluno pesquisador de gênero e sexualidade, com temas relativos à conceitos de sexo, gênero, expressão de gênero e sexualidade, estereótipos, violências, pressões sociais, uso da linguagem e direitos.

As inscrições para o curso serão realizadas pelo grêmio estudantil durante o mês de junho, para alunos regularmente matriculados em cursos médio-técnico do campus Pelotas. O curso terá início em 01/08/2018, tendo seu desenvolvimento durante 20 semanas, totalizando 30h de curso. As aulas serão realizadas nas quartas-feiras das 16h 45min às 18h 15min, visto que este é um horário que os alunos são liberados em função das reuniões pedagógicas dos professores. O número de vagas dependerá da sala disponibilizada pelo departamento de ensino. O curso não terá qualquer ônus para os alunos.

Para tanto, tendo em vista os objetivos deste projeto, o sucesso do estudo dependerá da formação de uma rede aliados, necessitando, entre outras coisas, pedagogias, posturas e arranjos institucionais eficazes para afetarem estruturas e mecanismos de (re)produção das desigualdades. Como afirma Junqueira:

“Mesmo com todas as dificuldades, a escola é um espaço no interior do qual e a partir do qual podem ser construídos novos padrões de aprendizado, convivência, produção e transmissão de conhecimento, sobretudo se forem ali subvertidos ou abalados valores, crenças, representações e práticas associados a preconceitos, discriminações e violências de ordem racista, sexista, misógina e homofóbica.” (JUNQUEIRA, 2009. p.36)

Serão elaborados materiais audiovisuais que tenham uma linguagem acessível aos/as jovens educandos/as, sendo estes, preparados durante todo o período de desenvolvimento do projeto, com auxílio do CPTE – Coordenadoria de Produção de Tecnologias Educacionais, a qual fará a produção de vídeos educativos e do NAPNE – Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas, o qual fará a tradução dos vídeos para a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Em reuniões periódicas com a equipe que constitui o projeto, os textos que serão utilizados nos materiais pedagógicos serão apresentados antes da produção dos vídeos e, com intuito de serem avaliados e modificados se necessário. Tais materiais serão disponibilizado para os/as alunos/as em plataforma educacional utilizada no campus. À luz do referencial teórico pós-estruturalista, serão desenvolvidos temas como:

- Conceitos de sexo, gênero, expressão de gênero e sexualidade;
- Estereótipos de gênero;
- Violências de gênero: mulheres;
- Violências de gênero: transfobia;
- Sexualidade e violência: homofobia;
- Sexualidade e violência: lesbofobia;
- Cultura do estupro;
- Pressão estética e gordofobia;
- Heterossexismo / heteronormatividade/ heterossexualidade compulsória;
- Direitos LGBTI+; e
- Uso não sexista da linguagem.

A partir das discussões promovidas, ao longo dos encontros, pretende-se avaliar o sucesso do projeto, tendo em vista a participação, interação e interesse dos/as educandos/as.

A equipe técnica envolvia:

Departamento de ensino de formação geral (DEFG) - Gilnei Oleiro Correa



Produção de material audiovisual (CPTE) - Lucas Pessoa Pereira
Interpretes de libras - Lucas Soares, Luciane Kaster Barcellos, Rubia Aires e Tania Madeira
Roteirista - Kaio Cezar Krause Lacerda e Renata Porcellis

VI. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Atividades	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1 - Apresentação de projeto à equipe diretiva	X						
2 - Reunião com equipe do projeto	X	X	X	X	X	X	X
3 - Revisão de literatura	X	X	X	X	X	X	
4 - Produção do material didático	X	X	X	X	X	X	X
5 - Aulas			X	X	X	X	X
6 - Relatório final							X

Descrição das atividades:

Atividade 1: Apresentação de projeto à equipe diretiva: reunião com Diretor de Ensino, Chefe do Departamento de Ensino de Formação Geral e Chefe do Departamento de Apoio à Aprendizagem, Permanência e êxito para apresentação e apreciação do projeto. (Renata Porcellis, Rubinei de Servi Ferraz, Gilnei Oleiro Correa e Márcia Miller Gomes de Pinho)

Atividade 2: Reunião com equipe do projeto: junho: reunião com equipe para apresentação do projeto, planejamento de ações, definição de cronograma e metodologia desenvolvida. Demais meses - reuniões periódicas para preparação de material didático e avaliação do andamento do projeto. (Toda equipe envolvida no projeto)

Atividade 3: Revisão de literatura: pesquisa de obras de autores/as especializados/as em gênero e sexualidade na educação, seleção dos/as autores/as mais relevantes e desenvolvimento de tópicos a serem explorados durante a execução do projeto. (Renata Porcellis e Kaio Krause)

Atividade 4: Produção do material didático: Juntamente com a revisão de literatura, durante todo o período de execução do projeto, os materiais didáticos serão produzidos. O material será audiovisual e estará disponível para os alunos/as em plataforma educacional utilizada no câmpus Pelotas. (Renata Porcellis, CPTE, NAPNE)

Atividade 5: Desenvolvimento do projeto: Será realizado um curso com tema transversal sobre educação de gênero e sexualidade, para todos os alunos/as do ensino médio-técnico. (Renata Porcellis)

Atividade 6: Relatório final: Redação e envio do relatório final do projeto, contendo materiais didáticos utilizados, avaliações e resultados obtidos. (Renata Porcellis)

VII. INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA

O projeto será realizado mini-auditório, ou outra sala disponibilizada pelo departamento de ensino, com suporte de equipamento multimídia.



VIII - RECURSOS FINANCEIROS (ORÇAMENTO DETALHADO/JUSTIFICADO)

Item	Discriminação	Quantidade	Valor Unitário (RS)	Valor Total (RS)
1				

Não se aplica

IX - RESULTADOS E IMPACTOS ESPERADOS

Acredita-se que o presente projeto de ensino pode constituir-se como uma contribuição importante no campo da Educação de Gêneros e de Sexualidades, impactando no aprofundamento das discussões sobre o papel da escola no processo de formação de sujeitos que valorizam a diferença.

Considera-se que discussões sobre questões de gêneros e de sexualidades poderão, a médio e longo prazo, influenciar na forma discriminatória que muitos alunos/as são tratados/as. Acredita-se que o debate gerado por este tipo de iniciativa causará impacto positivo na desconstrução de ideias pré-concebidas sobre os papéis de gênero, tanto em relação aos/as discentes, quanto ao corpo docente.

Espera-se que este projeto possa influenciar positivamente as discussões e reflexões sobre formas de violência de gênero na escola. Espera-se, ainda, que a repercussão deste projeto alcance um resultado positivo quanto a evasão de alunos/as em função de ações discriminatórias durante sua vida escolar.

X - AVALIAÇÃO**Tipo de avaliação utilizada:**

- Quantitativa.
 Qualitativa.
 Mista.

Instrumentos/procedimentos utilizados:

- Entrevistas Seminários
 Reuniões Questionários
 Observações Controle de Frequência
 Relatórios Outro(s). Especificar.

Descrição de procedimentos para avaliação:

A avaliação do projeto dar-se-á através da observação durante as ações do curso, da participação dos alunos e repercussão das discussões.

Periodicidade da avaliação:

- Mensal Trimestral
 Semestral Ao final do projeto

Sujeito(s) que realiza(m) a avaliação:

- Coordenador Ministrante
 Colaborador Palestrante

VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (ABA). **Manifesto pela igualdade de gênero na educação**: por uma escola democrática, inclusiva e sem censuras, 2015. Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Manifesto_Pela_Igualdade_de_Genero_na_Educacao_Final.pdf>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2018.
- BRASIL. **Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2018.
- BRASIL/Conselho Nacional de Combate à Discriminação/Ministério da Saúde. **Brasil Sem Homofobia**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf>. Acesso em 17 de fevereiro de 2018.
- BRASIL/MEC. **Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE – 2011/2020)**. PL no 8.035/2010. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2010a. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=490116>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2018.
- BRASIL/MEC/Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2018.
- BRASIL/Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília: SEDH/PR, 2010b.
- BRASIL/Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 17 de fevereiro de 2018.
- FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação Sexual**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. 2a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.
- LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. 16ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. **Um corpo estranho:** ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer:** um aprendizado pela diferença. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

COORDENADOR DO PROJETO

DATA: 04 / 05 / 2018

(Assinatura e Carimbo)

NOME

Renata Barbosa Porcellis de Silva
Técnica em Assuntos Educacionais
Campus Pelotas IFSul

PARCERES DO CAMPUS

PARECER COLEGIADO/COORDENAÇÃO/ÁREA

aprovado () reprovado

Parecer: **DE ACORDO.**

Em reunião: **08/05/2018**

(Assinatura e Carimbo)

Coordenação

Alexandre Vergínio Assunção
Coordenador do Curso de
Bacharelado em Design
SIAPE 6274863
IFSul - campus Pelotas

PARECER DIREÇÃO/DEPARTAMENTO DE ENSINO

aprovado () reprovado

Parecer: **Favorável**

Em reunião: **14/05/18**

(Assinatura e Carimbo)

Direção/Departamento de Ensino

Gilnei Dierro Corrêa
Chefe do Departamento de
Ensino da Formação Geral
SIAPE 1242953
IFSul - Campus Pelotas

Rubinei de Servi Ferraz
Diretor de Ensino
SIAPE 2543889
IFSul - Campus Pelotas

PARECER DIREÇÃO/DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

(quando necessário)

aprovado () reprovado

Parecer: **FAVORÁVEL, TENDO EM VISTA NÃO HAVER PREVISÃO DE RECURSOS DO CÂMPUS.**

Em reunião: **15/05/18**

(Assinatura e Carimbo)

Direção/Departamento de Administração e Planejamento

Fabiane Konrad Redies
Diretora de
Administração e Planejamento
SIAPE 2613710
IFSul - Campus Pelotas

PARECER DIREÇÃO-GERAL DO CAMPUS

aprovado () reprovado

Parecer: /

Em reunião: 16/05/18

Fabiane Konrad Rediris
Diretora de
Administração e Planejamento
SIAPE 2613710
IFSul - Câmpus Pelotas

Assinatura e Carimbo
F Rediris

no exercício da direção-geral
do IFSUL - Câmpus Pelotas

Diretor-geral

PARECER DA PRÓ-REITORIA DE ENSINO

aprovado () reprovado

Parecer:

Em reunião: 17/05/18

Assinatura e Carimbo
Rodrigo Pavementa de Lira

Pró-reitor de Ensino

no exercício da Pró-Reitoria

llw

f